



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 293 / PGE - 2009

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, ATRAVÉS DA COORDENADORIA GERAL DE APOIO A GOVERNADORIA, E, DE OUTRO, A EMPRESA W.A.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DE RONDÔNIA, de um lado, representado pelo Governador IVO NARCISO CASSOL, através da COORDENADORIA GERAL DE APOIO A GOVERNADORIA, ora denominada CGAG, representada pelo Coordenador-Geral CARLOS ALBERTO CANOSA, e, de outro, a empresa W.A.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.927.661/0001-10, com endereço na Av. Farquar, nº 2623, Bairro Arigolândia, nesta cidade de Porto Velho-RO, doravante designada CONTRATADA, aqui representada pela Sócia-Administradora WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 643.910.512-49, resolvem celebrar este Contrato, licitado através do Pregão Presencial nº 219/2009/SUPEL/RO, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de jardinagem e urbanismo, com fornecimento de mão-de-obra e utilização de materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e todas as outras peças e componentes necessários, pela contratada-executora, nestes locais:

- 1) Prédio da Sede do Palácio Getúlio Vargas;
- 2) Diretoria de Imprensa Oficial;
- 3) Hangar do Governo do Estado;
- 4) Do Anexo do Palácio Getúlio Vargas;
- 5) Coordenadoria de Contratos e Convênios;
- 6) Shopping Cidadão de Porto Velho.

DA VINCULAÇÃO

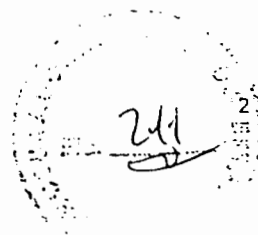
CLÁUSULA SEGUNDA - Integram este contrato as normas do Pregão Presencial nº 219/2009/SUPEL/RO, o projeto-básico, o disposto na proposta da contratada e demais elementos que contribuam para a exata definição da finalidade descritas na cláusula primeira, os quais a contratada declara aqui conhecer e se subordinar.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços referentes a este contrato serão executados sob o regime de empreitada por preço global, na forma de execução indireta.

DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços objeto deste contrato serão executados sempre que houver necessidade, pela Contratada, e serão aplicadas as técnicas pertinentes aos serviços de manutenção das áreas verdes, no estrito cumprimento do Contrato e Legislação em vigor.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA – Os serviços solicitados deverão ser executados nos seguintes horários: de segunda-feira a sexta-feira das 07:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h. Aos sábados, das 07:00h às 11:00h, e sempre mediante anuência prévia ou requisição escrita da CGAG.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, com fundamento no art. 67, do Estatuto das Licitações, caberão ao Contratante, que a seu critério, e por meio de servidor designado para as funções de Gestor e Fiscal, que deverá exercê-lo de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

§ 2º. A existência e a atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto a integridade e a correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – Fica estimada a despesa deste contrato por doze meses em R\$-70.011,60 (setenta mil, onze reais e sessenta centavos).

Parágrafo único. Os recursos para ir custeando as despesas deste contrato até 31.12.09 correrão a conta da seguinte programação orçamentária:

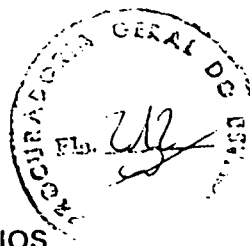
R\$-11.668,60 (onze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) - ATIVIDADE DA COORDENADORIA GERAL DE APOIO A GOVERNADORIA – 1100904122101523190000 - Fonte de Recursos 0100000000 - Elemento de Despesa 339039 - Nota de Empenho nº 00456, de 11.11.09.

DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – Para fins do pagamento, deverão ser apresentadas mensalmente na CGAG, às notas fiscais/faturas, emitidas em duas vias, referentes ao atendimento prestado nos últimos trinta dias, número do contrato e o da conta-bancária do contratado, para o depósito, com os respectivos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais que incidirem, inclusive previdenciários. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de até trinta dias, após a aprovação da parcela e apresentação das Notas Fiscais/Faturas.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – Os serviços serão executados durante o prazo de doze meses, nos locais designados, sempre levando em conta, sob o aspecto físico, a necessidade dos serviços em cada local, avaliada pelo titular da CGAG. A bem da economicidade do contrato, o titular da CGAG poderá, também a qualquer tempo, exigir a redução do número de homens a prestarem serviço, pela empresa, nos locais designados, a tal ponto de vir a se utilizar, inclusive, um só empregado para todos os postos, alternando horários e dias.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Parágrafo único. O prazo de tolerância para o início contratual da execução dos serviços fica fixado em até cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela empresa contratada.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA - Para a fiel execução dos compromissos aqui ajustados o Contratado prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, mediante as condições estabelecidas no art. 56 da lei 8.666/93.

Parágrafo único. A caução prestada pelo contratado será restituída após o término do contrato, com a devida atualização do valor se for ela em dinheiro.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Além daquelas determinadas por leis, decretos, normas e/ou regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada, também se incluem:

- em relação à Contratada:

- 1) comunicar ao contratante, verbalmente no prazo de doze horas, e, por escrito no prazo de quarenta e oito horas, quaisquer alterações ou acontecimento que o impeçam, mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, ainda que por motivo de caso fortuito ou força maior;
- 2) cumprir fielmente o estabelecido, inclusive a carga-horária, para a execução da prestação, no todo, objeto deste contrato;
- 3) reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade e aplicação dos materiais empregados;
- 4) responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, e ainda por danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores;
- 5) responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na execução dos serviços;
- 6) permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
- 7) garantir durante a execução, a proteção e a conservação de todos os serviços, até o seu recebimento definitivo.

§ 1º. Caso a qualquer tempo a contratada seja favorecida com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções tributárias as vantagens auferidas refletirão numa redução dos preços.

§ 2º. Fica o contratado obrigado a manter durante o período de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e qualificações exigidas na fase de habilitação da licitação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



- em relação ao contratante, através da CGAG:

- 1) fornecer à Contratada os dados e os elementos necessários ao fornecimento dos materiais/bens;
- 2) efetuar regularmente o pagamento dos materiais/bens entregues;
- 3) supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos materiais/bens, objeto deste contrato;
- 4) notificar a contratada, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Contrato;
- 5) designar comissão por escrito, composta de no mínimo três membros, para fiscalizar a execução dos serviços e apresentar relatório mensal a respeito, submetendo-o à chefia da CGAG, facultando-se a Contratada a indicação de um representante para compô-la.

Parágrafo único. Deverá ainda a comissão aferir mensalmente a despesa, sob o aspecto da sua economicidade, orientando a quantidade de empregados necessária, no dia a dia.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as penalidades a seguir, com o que este concorda, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal:

- a) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o contratante pelo prazo de até dois anos;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia do valor do contrato, limitada a 30% (trinta por cento) pelo não cumprimento de quaisquer condições, devendo essa importância, ser deduzida do valor a ser pago pelo contratante;
- c) pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada, estará sujeita à multa compensatória de dez por cento, do valor global do Contrato; e
- d) advertência.

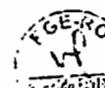
§ 1º. As sanções "advertência ou suspensão" poderão ser aplicadas juntamente com as letras "b" e "c", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 2º. A penalidade de multa, estabelecida na alínea "b" do *caput* desta cláusula, poderá ser cumulada com qualquer das demais.

§ 3º. O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada; se for superior do que o valor desta, além de sua perda, responderá a Contratada pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

§ 4º. Ocorrendo atraso na execução, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

§ 5º. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

§ 6º. As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, mediante notificação, através de ofício diretamente ou via postal, com prova de recebimento, através de parecer fundamentado, assegurados, todavia os direitos adquiridos pelo Contratado.

§ 1º. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas e disposições deste contrato implicará na sua rescisão ou na sustação do pagamento relativo aos serviços já efetuados, a critério do contratante, independentemente de qualquer procedimento judicial; e

§ 2º. O Contratante poderá valer-se das disposições constantes no *Caput* desta cláusula se o Contratado contrair obrigações para com terceiros que possam, de alguma forma, prejudicar a execução do objeto ora contratado, bem como se:

- a) retardar injustificadamente o início da execução dos serviços, por mais de três dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço;
- b) interromper a execução dos serviços, sem justo motivo;
- c) ocasionar atraso na execução dos serviços, objeto do presente Contrato; e
- d) deixar de recolher ou integralizar as cauções ou demais garantias, ou não pagar as multas dentro dos prazos fixados.

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - A Contratada assume com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou terceiros.

§ 1º. A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou secundária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 2º. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 3º. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

DOS TRIBUTOS E DESPESAS

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas de correntes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

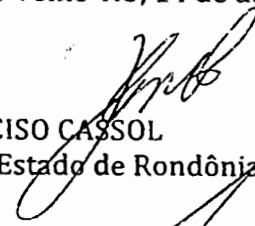
DA PUBLICAÇÃO


CLAUSULA DÉCIMA-OITAVA Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado.

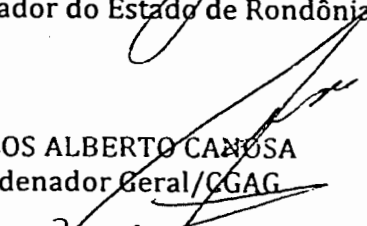
DO FORO

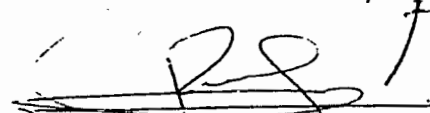
CLAUSULA DÉCIMA-NONA - As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este Contrato.

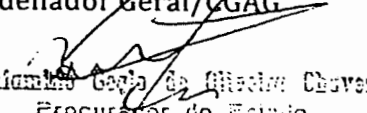
Para firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Contrato, que constitui o documento de fls. 046/081 do Livro Especial nº 11 Contratos, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. Porto Velho-RO, 14 de dezembro de 2009.

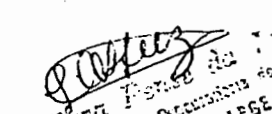

IVO NARCISO CASSOL
Governador do Estado de Rondônia


WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA
Sócia-Administradora / Contratada -


CARLOS ALBERTO CANOSA
Coordenador Geral/CGAG


RONALDO FURTADO
Procurador-Geral do Estado


Benedito Góes de Oliveira Chaves
Procurador do Estado
Secretário da Procuradoria de Contratos e Convênios


Lúcia Clara Pereira de Faria
Sub-Diretora de Administração de
Contratos e Convênios/FGE

